

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA  
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

FORMAN, John Milne Albuquerque. John Milne Albuquerque Forman I (depoimento, 2005). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 25min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCMBUSTÍVEIS - ANP e AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCMBUSTÍVEIS - ANP. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**John Milne Albuquerque Forman I  
(depoimento, 2005)**

Rio de Janeiro

2020

### *Ficha Técnica*

**Tipo de entrevista:** Temática

**Entrevistador(es):** Regina da Luz Moreira; Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão;

**Levantamento de dados:** Regina da Luz Moreira; Sérgio Lamarão;

**Pesquisa e elaboração do roteiro:** Regina da Luz Moreira; Sérgio Lamarão;

**Técnico de gravação:** Clodomir Oliveira Gomes;

**Local:** Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

**Data:** 28/11/2005

**Duração:** 1h 25min

Fita cassete: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto "O petróleo na sociedade brasileira", na vigência do convênio entre o CPDOC/FGV e a Agência Nacional do Petróleo (ANP), entre setembro de 2004 e dezembro de 2006. O projeto visa à elaboração de um livro sobre a história do petróleo na sociedade brasileira, desde seus primórdios até a criação da ANP, no final da década de 1990, com ênfase na legislação elaborada ao longo do período. Esta entrevista subsidiou a elaboração do livro: "História social do petróleo no Brasil". / Regina da Luz Moreira e Sergio Tadeu Niemeyer Lamarão. Rio de Janeiro: s. e., 2005. Inédito. A escolha do entrevistado se justificou por ser, à época da entrevista, Diretor da ANP (16 de janeiro de 2002 até 15 de janeiro de 2006).

**Temas:** Atividade acadêmica; Atividade profissional; Biogás; Ciência e tecnologia; Energia nuclear; Ensino superior; Exploração de petróleo; Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP); Geofísica; Geologia; Magistratura; Meio ambiente; Petróleo;

## *Sumário*

*Entrevista: 28.11.2005*

Fita 1-A: A formação em Geologia, em 1961, e o desejo de trabalhar com exploração mineral; o trabalho como professor, em paralelo com o trabalho no Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM); a relação entre a atividade acadêmica e o trabalho no DNPM; a ida para a Universidade de Stanford; a saída do entrevistado da DNPM e a criação da empresa Geomineração; a passagem do trabalho com mineração para o trabalho com energia nuclear, notadamente no programa de busca de urânio no Brasil; comentários sobre o programa nuclear brasileiro; a saída da Nuclebrás, em 1984; o convite para voltar a atuar no setor nuclear, em 1988; a criação da empresa familiar Fivefor e a posterior entrada no setor petroquímico.

Fita 1-B: O trabalho no setor petroquímico, de 1992 a 1998; o trabalho de consultoria, de 1998 a 2002; o trabalho do entrevistado na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e no Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp); o convite para ser diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP); a importância de um amplo levantamento geológico do país como um todo; a nomeação do entrevistado para a ANP; comentários sobre a estrutura e o funcionamento da ANP; o processo de recondução do mandato na ANP; comentários sobre a Lei 9.478, notadamente sobre a criação da ANP; a atuação do entrevistado na ANP.

Fita 2-A: A relação da ANP com o Conselho Nacional de Política Energética (CNP); a relação da ANP com o Ibama; comentários sobre a diferença entre áreas de petróleo e campos de petróleo; a participação de indústrias brasileiras nos leilões de áreas ofertadas pela ANP; o modelo brasileiro de licitação; comentários sobre a Participação Especial, que prevê verba para estudos de geologia e geofísica; os desafios para a ANP; comentários sobre o programa do biodiesel; a ampliação de atribuições da ANP.

*Entrevista: 28 de novembro de 2005*

Sérgio Lamarão – Dr. Forman, bom-dia. Ainda é bom-dia. Nós recebemos o seu currículo extenso, na sexta-feira, se não me engano, e realmente ele difere muito do seu currículo na página da ANP. Aquele seu currículo na página da ANP não dá nem para saída, porque, inclusive, ele não está datado. Fica meio complicado a gente trabalhar em cima dele, não é? Bem, a gente viu que é um currículo assim, de peso, de resposta, não é?

John Forman – É longo, não é?

S.L. – Longo. A gente estava até comentando antes, eu e Regina, que não dá para a gente fazer com o senhor uma entrevista estritamente temática.

Regina Luz – Como é o que a gente está fazendo...

S.L. – Como a gente está fazendo, não é? O que a gente entende por temática? É a gente chegar aqui e começar com o senhor quando o senhor entra na ANP. Aí não dá, porque o senhor tem, inclusive, uma história na área pública que remonta aos anos 60, não é? Então, a gente poderia começar por aí, pelo DNPM, com o senhor recém-formado, ingressando no Departamento Nacional de Produção Mineral. O senhor podia falar rapidamente sobre isso e depois ir... Com um pé na iniciativa privada, com um pé no setor público. Enfim, trabalhar um pouco essas duas dimensões profissionais.

J.F. – Posso começar?

S.L. – Pode começar.

J.F. – Eu me formei em 1961, e a minha ideia, quando me formei, foi sempre a de trabalhar com a exploração mineral. A exploração mineral naquela ocasião era toda feita pela iniciativa privada, com duas exceções: petróleo, que era com a Petrobras, e urânio, Comissão Nacional de Energia Nuclear. A mim interessava trabalhar com as empresas privadas, razão pela qual eu

não escolhi nem a Petrobras e nem a Cnen. Acabei indo bater depois, não é? E também, como eu me formei na primeira turma aqui do Rio de Janeiro, havia...

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

J.F. – ...pela turma de Geologia aqui, eu acabei ficando na Escola de Geologia como assistente de um professor americano, o Donald Ferguson Campbell, que era responsável justamente pela disciplina que se chama Gênese de Jazidas e Economia Mineral. Então, para eu não fazer jus àquele ditado de brincadeira que "quem sabe faz, quem não sabe ensina", eu sempre trabalhei, aliás, me aposentei na universidade como professor em tempo parcial. Eu nunca fui em tempo integral. Então, quando comecei a trabalhar, eu dava aula em tempo parcial. Aliás, naquela ocasião ainda não existia o tempo integral na universidade, isso só veio a surgir com a reforma universitária, no início dos anos 70.

R.L. – Em 68.

J.F. – No início dos anos 70. Aí eu trabalhei com uma empresa que foi a precursora da Companhia Siderúrgica da Guanabara.

S.L. – Cosigua, não é?

J.F. – Cosigua, que se chamava, naquela ocasião, Siderúrgica Santa Cruz. Eu trabalhei com eles vendo jazidas de ferro e manganês, em Minas. Mas logo depois, o projeto não caminhou e eu fui parar no DNPM, Departamento Nacional da Produção Mineral, na Divisão de Geologia, que era, na realidade, o serviço geológico do Brasil naquela ocasião. Isso era perfeitamente combinável com a carreira de professor, na medida em que também, naquela época, o funcionalismo público trabalhava meio dia, não era um dia inteiro, não é?

R.L. – Mas às vezes também trabalhava aos sábados, não é?

J.F. – Sábado de manhã, até o meio-dia. No DNPM, eu procurei fazer estudos relativos à geologia regional, com uma visão de buscar determinar, em regiões não conhecidas no Brasil,

qual seria a vocação mineral dessas regiões, em função da sua geologia. Isso é uma coisa que se fala hoje, mas que não era tão falada assim anteriormente.

S.L. – Dr. Forman, eu estou vendo aqui, a essa altura o senhor já tinha feito uma pós-graduação em Geologia de minas e tratamento de minérios, que é uma coisa bem próxima à sua graduação, e, em 67, quando o senhor passa a chefiar uma seção do DNPM, o senhor também vai fazer um mestrado em Geologia, em Stanford. Quer dizer, o senhor desenvolve uma carreira acadêmica, paralela a essa atividade mais concreta, mais prática. O seu trabalho alimentava a sua pesquisa acadêmica? O seu projeto de mestrado tinha a ver com as atividades que o senhor desenvolvia no DNPM? Como é que foi isso?

J.F. – Tinha tudo a ver. Aí eu tenho que fazer uma digressão. Os cursos de Geologia, no Brasil, foram montados com uma visão muito europeia, do geólogo naturalista. O geólogo naturalista vai fazer mapas geológicos, vai estudar estratigrafia, vai estudar paleontologia etc., mas não é uma geologia muito aplicada. E, como eu disse, a minha cabeça era exploração mineral. Para trabalhar com exploração mineral, você precisa de outras disciplinas que eu não tinha tido.

S.L. – Na graduação.

J.F. – Na graduação. Então, a história desse curso é muito interessante pelo seguinte: quando eu me formei, o diretor da escola era um geólogo antigo, o professor Othon Henry Leonardos...

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

S.L. – O senhor estava falando sobre esse curso, provavelmente essa pós-graduação que o senhor fez.

J.F. – Quando eu me formei... O geólogo e professor Othon Leonardos foi um dos incentivadores dos cursos de Geologia e ficou responsável pelo curso de Geologia aqui do Rio. Então, eu disse a ele que o meu curso não tinha atingido os meus objetivos. E ele era muito engraçado e disse: "Por que não?" "Porque eu quero fazer exploração mineral, tem uma porção de coisas que... Achar o minério é uma coisa, agora, determinar se ele é econômico ou não

depende de uma série de outros parâmetros. Eu não estudei nada disso." Ele disse: "Então, monte um curso." Aí eu montei o curso. Não havia pós-graduação no Brasil naquela época, era um curso de especialização. Eu reuni os professores e a Escola de Geologia então encampou esse curso. E nós fazíamos o curso à noite, então, independente do horário de trabalho, não é? E esse curso visava justamente complementar aquelas coisas que eu não tinha tido na minha formação de geólogo naturalista, coisas mais pragmáticas como: como é que se faz uma sondagem para minério, como é que se aprende a trabalhar com essas máquinas, o custo de uma coroa desmontada – tudo isso tem influência no custo – a mineração propriamente dita, para ter ideia dos custos que são envolvidos com a extração de um determinado minério, a parte econômica propriamente dita, então, o tratamento do minério, quer dizer, a parte de beneficiamento. Você encontra a jazida, lavra, beneficia, depois tem metalurgia, para poder vender. Ou não, vende como concentrado. Então, esse curso cobriu essas coisas todas e nós fizemos, eu e alguns colegas, acho que era uma dúzia de colegas, fizemos esse curso de especialização, justamente para complementar a nossa formação.

S.L. – Mas é isso que no seu currículo aparece como pós-graduação em Geologia de minas e tratamento de minérios? É isso?

J.F. – Não, a pós-graduação é em Stanford.

S.L. – Não, mas tem o mestrado, em Stanford, e tem essa pós-graduação aqui.

J.F. – Ah, sim! Hoje em dia, chama-se pós-graduação lato sensu.

S.L. – Foi esse curso?

J.F. – Foi.

S.L. – Mas era um curso que, na verdade, o senhor fazia e ministrava.

J.F. – Não, eu não ministrava. Eu só fazia.

S.L. – Só fazia.

J.F. – Eu só organizei.

S.L. – O senhor criou a demanda, não é?

J.F. – Eu criei a demanda, e, junto com o professor Othon Henry Leonardos, convencemos os professores para fazer esse curso.

S.L. – Que, pelo jeito, tiveram que se superar também, não é? Porque eles não deram esses cursos na graduação, eles tiveram que correr um pouco atrás da...

J.F. – E aí eu complementaria para dizer que parte dessas disciplinas passou a integrar o currículo.

S.L. – Regular.

J.F. – [O currículo] regular da Escola de Geologia.

S.L. – Quer dizer, o senhor estava já no DNPM nesse momento. E, em 67, quando o senhor assume um cargo na Seção de Prospecção...

J.F. – Em 67, o DNPM estava sofrendo uma série de modificações, no sentido de adaptá-lo ao mundo mais moderno. Só como curiosidade, nessa época em que eu fui trabalhar lá, as verbas do Departamento Nacional de Produção Mineral chegavam em dezembro, para o ano todo. Então, era uma loucura, porque você tinha que sacar, botar dinheiro no cofre, para poder gastar durante o ano, não é? O combustível, tinha que escolher postos onde você comprava um milhão de litros, para, ao longo do ano, ir tirando. Era uma loucura, não é? Nós progredimos um bocado com relação a esse tempo, não é? Mas então, eu dizia, o DNPM estava sofrendo aí algumas modificações, mas nessa ocasião se teve a semente do que foi posteriormente o Projeto Radam, a semente do que foi um grande levantamento geoquímico feito na Bahia, o chamado Projeto Bahia, e uma sementezinha das jazidas minerais, que era o que eu iria desenvolver. Mas eu



entendi que eu precisava ainda uma consolidação da minha formação, então, consegui uma bolsa para Stanford, para fazer... Naquele tempo, a gente não fazia nem mestrado, você ia fazer alguns meses em uma universidade. Esse era o padrão brasileiro, até porque não havia no Brasil o reconhecimento da pós-graduação, como mestrado, doutorado etc. Eu fui para passar um ano em Stanford, e nesse período eu fiz as exigências para o mestrado. Por isso que eu tenho o mestrado. Aliás, nesse período eu fiz as exigências para um doutorado. Mas para o doutorado eu tinha que fazer uma tese. E eu não fiquei lá, então eu nunca fiz essa tese.

S.L. – O senhor não apresentou nenhum trabalho de final de curso exatamente?

J.F. – Apresentei. Apresentei um trabalho sobre Poços de Caldas que a banca que o apreciou achou que era uma tese de Ph.D, mas eu apresentei como trabalho de mestrado, então não valeu. Eu tinha que fazer outro, e aí não me dispus a fazer outro. Aí voltei para o Brasil, para o DNPM. Mas esse problema de recursos ainda existia, não é? Então, eu colaborei. Naquela ocasião, quando eu voltei dos Estados Unidos, o diretor-geral do DNPM era o Francisco Moacir de Vasconcelos, e o diretor da Divisão de Geologia era José Raimundo Andrade Ramos, e o ministro era o Costa Cavalcanti, que resolveu então criar uma estrutura para o DNPM no Brasil inteiro, criando distritos, estruturando etc. Mas os dinheiros não vinham. Os dinheiros não vinham. Aí, um dia eu me irritei porque não tinha dinheiro, pedi demissão e fui embora.

R.L. – É, porque o senhor pega, na realidade... O senhor começa a atuar no DNPM logo nos primeiros anos da criação do Ministério das Minas e Energia. E logo em seguida, quando volta de Stanford, ainda enfrenta esses primeiros anos do regime militar, não é? Quer dizer, nem bem o ministério estava criado, muita coisa ainda estava por ser estruturada, vem o regime e começa a dar feição.

J.F. – Foi, dar feição ao ministério. Então, o DNPM, que era o órgão de mineração... O DNPM, na realidade, é uma agência reguladora, porque ele tem a parte do fomento, que é a que dá as concessões etc.

S.L. – Que já vinha dos anos 30, não é?

J.F. – O DNPM é de 36. E, como eu disse, o Costa Cavalcanti começou a estruturar e tal, mas não vinha recurso. Então, eu ficava lá sentado o dia inteiro, não tinha muito o que fazer. Não faz muito o meu gênero, então eu saí. E aí criei uma empresa, com outros amigos, de prestação de serviços no campo da geologia, que foi a Geomineração.

S.L. – Por que está entre parênteses Grupo Caemi?

J.F. – Porque depois, anos depois, ela foi vendida ao grupo Caemi.

S.L. – Esse Azevedo Antunes?

J.F. – É.

S.L. – É, não é?

J.F. – Exatamente.

S.L. – Quer dizer, então, essa firma que o senhor... Era uma firma de consultoria, basicamente.

J.F. – Não, prestação de serviços.

S.L. – Prestação de serviços.

J.F. – Prestação de serviços. Tinha consultoria também, mas prestação de serviços.

S.L. – Quer dizer, vai além de consultoria, não é? E o seu único cliente era o Grupo Caemi?

J.F. – Não, não, não.

S.L. – Não, não é?

J.F. – É porque, anos depois...

S.L. – É porque no currículo fica uma coisa meio confusa, vamos dizer assim, porque está entre parênteses. Sabe o que eu cheguei a pensar? Que ela era uma subsidiária da holding. Mas, na verdade, não, era uma firma que o senhor constituiu, com outros sócios, que prestava serviços, entre outros clientes, ao Azevedo Antunes, Caemi. E, mais tarde, essa firma vai ser comprada pelo grupo. É isso?

J.F. – Isso.

S.L. – Agora, durou o quê? Durou uns seis anos, não é?

J.F. – Durou. Eu tenho isso aí mais aberto ainda.

S.L. – É, imagino que tenha, que o currículo abra mais ainda.

J.F. – Porque isso aí, a secretária faz e acaba ficando meio confuso. Você tem razão. Então, você vê aqui, há uma Geobrás Ltda., logo que eu me formei...

S.L. – Uma primeira experiência, não é?

J.F. – ...através da qual eu trabalhei na Siderúrgica Santa Cruz.

S.L. – Ah, foi através dessa... Ah, o senhor não trabalhou na Siderúrgica como pessoa física.

J.F. – Não, eu trabalhei através dessa empresa. Aí, depois, eu fui para o DNPM, aconteceram essas coisas que eu contei, saí, fiz, com outros, com mais dois companheiros, fiz a Geomineração, que depois foi mudando a sua estrutura e finalmente ela foi vendida para o Grupo Antunes, para o Grupo Caemi. Na realidade, e no primeiro momento, o sócio da Geomineração era o próprio dr. Antunes.

S.L. – Ah, é!?

J.F. – É, ele gostava muito de exploração mineral, mas o pessoal dele não gostava muito, não. A exploração tem risco, então, a cabeça de risco é uma coisa muito complicada de você desenvolver no Brasil. Então, é isso aí que você queria saber, não é?

R.L. – Agora, como é que se dá essa passagem do senhor, quer dizer, da mineração para a parte de...

S.L. – Energia nuclear?

R.L. – ...para a parte de energia nuclear.

S.L. – Que é o momento seguinte.

J.F. – Não tem nenhuma dificuldade. Nessa ocasião, o Brasil tomou a decisão de fazer um programa nuclear autônomo.

S.L. – Já estamos no início do governo Geisel, em 74.

J.F. – No Geisel, exatamente. E aí, tudo bem, vamos fazer um programa nuclear. E cadê a munição? Não tinha urânio. Então, a ideia era fazer um programa de busca de urânio no Brasil que desse sustentação a esse programa. Para isso que eu fui para lá.

S.L. – Aí, seria enriquecido... Tinha que ser achado para depois ser enriquecido, não é?

J.F. – Pois é, sem achar não dá para fazer. E o Brasil não tinha reservas de urânio naquela ocasião. E é por isso que eu fui...

S.L. – Não tinha nem reservas identificadas? Era um desconhecimento total?

J.F. – Não, você tinha só conhecimento de urânio em Poços de Caldas e algumas outras ocorrências ao longo do Brasil. Então, eu fui ser diretor da Companhia Brasileira de Tecnologia

Nuclear, a CBTN, em junho mais ou menos, e no final do ano ela foi transformada em Nuclebrás. A Nuclebrás é uma transformação da CBTN.

S.L. – E o senhor fica lá uma década, não é?

J.F. – Aí fiquei bastante tempo lá. Depois voltei. Quer dizer, eu fui para esse setor para fazer a exploração de urânio, e consegui montar um programa que foi bem-sucedido. O Brasil encontrou reservas de urânio suficientes para garantir não só o programa que tinha como a manutenção desse programa por muitos anos.

S.L. – E, na verdade, toda aquela discussão de Angra I e Angra II já começa também nesse momento ou é posterior?

J.F. – Não, Angra I já existia, não é? A história do programa nuclear é um pouco diferente. Angra I foi construída por Furnas, junto com a Comissão Nacional de Energia Nuclear, a Cnen. Então, no planejamento plurianual da Eletrobrás de 1970, se não me falha a memória – eles faziam planos quinquenais – propuseram a construção de oito usinas nucleares.

S.L. – Oito?

J.F. – Oito usinas. Foi uma proposta feita por Furnas, Eletrobrás etc., com base na constatação que os grandes aproveitamentos hidrelétricos da Região Sudeste do Brasil já tinham sido feitos. E a grande região consumidora de energia elétrica é o Sudeste brasileiro. Então, seriam construídas oito usinas...

S.L. – No Sudeste brasileiro.

J.F. – No Sudeste brasileiro, para suprir uma demanda de 10 mil megawatts, que era o que se estimava como estando em aberto. Lembre que nós estamos falando aí da década de 70, em que o Brasil crescia...

S.L. – Crescia a taxas muito altas, não é?

J.F. – Crescia a taxas muito altas.

R.L. – O milagre econômico.

S.L. – É.

J.F. – Então, o programa que o governo Geisel entendeu que deveria ser feito foi que, em vez de comprar oito usinas, você deveria criar um programa para que o Brasil tivesse autonomia com relação à energia nuclear. Porque lembre que nessa ocasião já tínhamos tido o primeiro choque do petróleo.

S.L. – Ah, sim! Exatamente, em 73.

J.F. – E bateu forte no Brasil, não é? Então, o presidente Geisel entendia que não valeria a pena você entrar numa outra forma de energia...

S.L. – Em outra forma de dependência.

J.F. – ...em que você mantivesse a dependência. Você iria gerar energia elétrica ficando dependente do urânio, da tecnologia etc. E é por isso que se fez um programa para transferir toda a tecnologia das usinas nucleares. Esse programa, a possibilidade desse programa foi discutida com os Estados Unidos, com a Inglaterra, com a França, com a Alemanha, que eram, naquela ocasião, os países que dominavam...

S.L. – Dominavam o ciclo todo.

J.F. – ...dominavam a indústria nuclear. E acabou sendo negociado com a Alemanha, não é? Então, fez-se o acordo nuclear Brasil-Alemanha, para a construção dessas oito usinas. Quatro das quais seriam aqui em Angra e quatro seriam no litoral de São Paulo. E isso aí chegou a ser planejado etc. e tal. Então, no que me diz respeito, que era achar urânio, eu achei urânio, botei lá sem problemas. Mas aí, como diretor tanto tempo, eu acabei me envolvendo com as outras

áreas do setor nuclear, não é? Eu fui o diretor que mais tempo passou na Nuclebrás, da primeira diretoria, segunda diretoria, terceira diretoria.

R.L. – Uns dez anos.

S.L. – E o senhor sai, em 84, por algum motivo especial?

J.F. – Porque eu cheguei à conclusão de que não iam tocar programa nuclear nenhum. [Risos] E não faz a minha cabeça ficar sentado sem fazer coisa nenhuma, não é? Eu, a rigor, tinha pedido demissão aí em oitenta e... Eu saí em 84, não foi?

S.L. – É.

J.F. – Em 82.

S.L. – O senhor pediu demissão em 82.

J.F. – Foi, mas aí saiu o presidente, que era o embaixador Paulo Nogueira Batista, e o então ministro, que era o César Cals, me pediu para eu passar um ano lá para ajudar o novo diretor. Eu disse: "Um ano, e não mais."

S.L. – Aqui diz que o senhor foi presidente de subsidiárias da Nuclebrás. Que subsidiárias são essas?

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

J.F. – O modelo que se montou é que para cada etapa do ciclo do combustível você tinha uma subsidiária. E essa subsidiária era presidida por um dos diretores da Nuclebrás. E tinha diretores outros. Então, você tinha uma subsidiária com os alemães, o programa de exploração da Nuclebrás, que foi esse que eu comandeí, que foi bem-sucedido. Mas com os alemães havia uma subsidiária de mineração. Essa não achou urânio. Depois, você tinha uma subsidiária de enriquecimento, para o enriquecimento [inaudível], para a fabricação do elemento combustível

para a engenharia das usinas nucleares. Na área de enriquecimento, você tinha uma empresa aqui no Brasil, que era a Nuclei e tinha na Alemanha.

S.L. – A Nuclei. Eu me lembro dela.

J.F. – Tinha uma de equipamentos pesados, para fazer, que funciona até hoje, a Nuclep. Então, a Nuclebrás tinha uma série de subsidiárias. E eu fiz parte do conselho de administração de várias delas.

S.L. – O senhor chegou a presidir o... Não, desculpe, isso é posteriormente.

J.F. – Não, aí eu saí, em 84, montei uma empresa de consultoria, e trabalhei até 88, quando eu fui convidado – aí já era o governo Sarney – para voltar, para a reorganização do setor nuclear. E aí nós fizemos uma reorganização dessa coisa, com a criação da Eletronuclear, que era a responsável pela engenharia e construção das usinas, e uma empresa, que é a empresa Nucleares do Brasil, responsável pelo ciclo do combustível.

S.L. – Indústrias Nucleares, não é? Indústrias Nucleares do Brasil.

J.F. – É, do Brasil. Quer dizer, que nem o PC e o PCdoB: tem a Nuclebrás e a Nucleares do Brasil. E tinha ainda uma empresa de mineração chamada [inaudível] Brasil, que hoje não existe mais.

S.L. – Mas também era pública?

J.F. – Também. Porque aí você já não tinha mais a participação dos alemães no capital, não é?

S.L. – E essa empresa também estava dentro do organograma do MME?

J.F. – Também.

S.L. – Também.



J.F. – Só que aí ela ficou mais... Ela estava no organograma do MME sim, a não ser a Nuclep que ficou com a Cnen.

S.L. – Mas o Conselho Nacional de Energia Nuclear...

J.F. – Comissão.

S.L. – A Comissão não estava dentro do MME, não?

J.F. – Estava. É no governo Collor que...

S.L. – Que houve aquele desmantelamento.

J.F. – Que houve uma confusão danada, não é? No governo Collor, eu tive alguns contatos com ele como candidato, e aí cheguei à conclusão também que aquele negócio não ia para frente. Então, aí eu pedi demissão.

S.L. – Aí, volta para a Fivefor.

J.F. – Pedi demissão. É muito engraçado porque... Se bem que esses registros que vocês...

S.L. – Não, é porque é uma coisa pendular, não é?

J.F. – O Collor escolheu como ministro... É da Infraestrutura, não é?

S.L. – É, da Infraestrutura.

J.F. – [Escolheu] o Ozires Silva.

S.L. – Isso.

J.F. – A quem eu conhecia por outras razões, não é? E então eu fui a Brasília para perguntar a ele: "Ozires, afinal, onde é que está a área nuclear, já que se acabou com o Minas e Energia?" Ele me disse: "Não sei. Aguardemos o Diário Oficial de amanhã". [Risos]

S.L. – E?

J.F. – E aí, no Diário Oficial, estava com ele.

S.L. – Ah, ele não sabia com quem...!? Poderia não estar com ele?

J.F. – Poderia não estar com ele.

S.L. – Com quem que estaria, não é?

J.F. – Porque a Comissão Nacional de Energia Nuclear acabou com aquele negócio de... Era secretário estratégico, um negócio assim. Lembra disso?

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

J.F. – Posteriormente, a área toda passou para a Secretaria de Assuntos Estratégicos. Um mês depois, eu acho.

S.L. – Isso aí a gente pode até ver.

J.F. – Tanto que eu havia pedido demissão e não me deram. Eu falei com Ozires, o Ozires não me deu. Quem me demitiu foi o... Quem aceitou o meu pedido de demissão foi o... Chamava-se Pedro Paulo, eu acho.

R.L. – O Parente?

S.L. – Não, não, o Parente é bem depois. É Pedro Parente só.

J.F. – Eu lembro que se chamava Paulo alguma coisa. Era o secretário de Assuntos Estratégicos do Collor.

S.L. – Depois a gente vê.

J.F. – Aí eu voltei para a Fivefor. E aí fiquei fazendo...

S.L. – Fivefor é aqui no Rio?

R.L. – É.

S.L. – Aqui no Rio, não é?

J.F. – A Fivefor é uma empresa que eu tinha criado. São os cinco Formans: eu, minha mulher e três filhos. Tinha muita gente que escrevia Fivefour. Não era O-U, era O mesmo porque eram cinco Formans.

S.L. – Uma empresa familiar.

J.F. – É, exatamente. Mas aí, a Constituição de 88 inicialmente proibiu a exploração mineral às empresas estrangeiras. Criou uma série de... Então, o setor mineral caiu muito no Brasil. Caiu muito, poucas empresas interessadas, e aí surgiu o convite para participar de uma empresa petroquímica, a Unipar. Aí eu fui trabalhar com petroquímica. Fui presidente da Unipar, e posteriormente, com o Grupo Odebre...

[FINAL DA FITA 1-A]

J.F. – ...absolutamente nada, é só OPP mesmo.

S.L. – Quer dizer, não é O, ponto, P, ponto, P, ponto, não é?

J.F. – Tem muita gente que acha que era Odebrecht Petroquímica e Petróleo. Não tem nada disso. A OPP era a OPP e ponto.

S.L. – É lá no polo de Camaçari? Onde é que era essa...? O escritório era aqui no Rio mesmo?

J.F. – Inicialmente no Rio e depois em São Paulo.

S.L. – Então, a essa altura... Quer dizer, de 92 a 98 o senhor ficou direto trabalhando com petroquímica, primeiro na Unipar e depois na OPP. E quando o senhor vai para São Paulo, o senhor acaba indo parar na Fiesp. Porque o cargo seguinte...

J.F. – Ah, é! Eu fui eleito diretor da Ciesp...

S.L. – E da Fiesp, não é?

J.F. – E da Fiesp. Fiz parte lá da... Foi isso aí.

S.L. – Agora, esses cargos nessas entidades patronais, eles não impedem que a pessoa continue exercendo outras atividades, eu imagino.

J.F. – Não, não.

S.L. – No seu currículo aqui parece, a impressão que dá é que o senhor sai da OPP e vai para a Fiesp/Ciesp.

J.F. – Não, não.

S.L. – Não foi isso. O que o senhor fez de 98 a 2001? Porque aqui no seu currículo é como se... Ah, não. Já vi. Desculpe. Tem uma outra firma de consultoria que o senhor cria.

R.L. – J. Forman.

J.F. – Isso. Porque quando eu fui para a petroquímica eu fechei a Fivefor. Mas me deu um trabalho tão grande! Levou seis anos para eu conseguir fechar.

S.L. – É mesmo!?

J.F. – É, porque os prazos no Brasil são uma coisa que matam.

S.L. – Mas só depois que o senhor fechou a Fivefor que pôde abrir a J. Forman?

J.F. – Não, quando eu voltei para o Rio, em 98, ela já estava fechada. Aí eu abri outra e fiquei fazendo consultoria nesse período.

S.L. – De 98 a 2002. Mas consultoria basicamente em que áreas?

J.F. – Na mesma coisa: mineração, energia, petroquímica. Porque aí eu vou crescendo, não é? À medida que eu vou...

R.L. – Tendo experiência, ampliando.

J.F. – À medida que eu vou tendo experiência, eu vou crescendo essas coisas, não é? O que me atrai nessas coisas e que eu sempre fiz a vida toda foi desenvolver novos projetos. A criação de uma coisa nova, no DNPM; depois uma empresa de serviços para mineração; depois a implantação de uma indústria nuclear no Brasil, uma experiência muito interessante. E depois, a mesma coisa com a petroquímica. Na petroquímica eu participei do processo de privatização e expansão dessas plantas, a Copesul...

S.L. – Ah, é!? A Unipar... Me deu um branco agora. Eu sabia exatamente o que era a Unipar. É um nome muito familiar para mim, mas...

J.F. – A Unipar...

S.L. – É a que vem dos anos 60, que tinha Estado no meio, que tinha a Petroquisa?

J.F. – A Unipar foi a primeira empresa petroquímica brasileira, não é? A que construiu a Petroquímica União.

S.L. – O primeiro polo petroquímico brasileiro.

J.F. – Em São Paulo.

S.L. – Em São Paulo. E a Unipar era um conglomerado? Ela tinha várias empresas, é isso?

J.F. – Exatamente.

S.L. – É, não é? E depois a Petrobras acabou entrando.

J.F. – Não.

S.L. – Como é que foi isso?

J.F. – Isso aí é outra história.

S.L. – Eu estou de repente voltando muito no tempo. Mas eu fiquei meio intrigado aqui com...

J.F. – Não, a história é simples. O Brasil importava petroquímicos, não é? Você tinha no Brasil três refinarias privadas: Manguinhos, no Rio, Ipiranga, no Sul, e União, a Refinaria União, em São Paulo. Então, os donos da Refinaria União resolveram fazer uma central petroquímica, a PQU.

S.L. – Petroquímica União.

J.F. – A Petroquímica União. Aí, quando eles tomaram essa decisão, a Petrobras tentou impedir isso dizendo que a petroquímica fazia parte do monopólio do petróleo. Houve uma decisão do Supremo Tribunal Federal dizendo que não, petroquímica não é petróleo, estava fora. Aí a

Petrobras não ficou contente com isso. Então, eventualmente, o que aconteceu é que, das três refinarias privadas, a União foi encampada.

S.L. – É, em 74, a Petrobras... É a Recap.

J.F. – Foi encampada só a União.

S.L. – É, só a União.

J.F. – Manguinhos e Ipiranga não.

S.L. – Continuam privadas.

J.F. – A PQU, a central petroquímica, ela estava em construção, e a Petrobras tinha uma participação pequena. E, como se pode imaginar, nesses projetos ocorreram atrasos, aumento de gastos e essa coisa toda, aí a Petrobras fez uma negociação para fornecer a nafta, que ela que tinha que fornecer a nafta, assumindo o controle da PQU. A Unipar ficou minoritária. A Unipar então ficou com as chamadas plantas de segunda geração, a produção de polietileno para a produção de álcool etc., e uma participação minoritária na PQU. Interessante também é que isso foi feito, na ocasião o Geisel era presidente da...

S.L. – Da Petrobras.

J.F. – Da Petrobras, não é? E ele deu uma carta em que ele dizia que aquela posição de controle da Petrobras dentro da PQU era transitória. Então, logo que existissem condições a iniciativa privada retomaria o controle. Quando houve a privatização, nessa ocasião eu era o presidente da Unipar, eu fui negociar com o BNDES essa carta, e o BNDES não queria reconhecer de jeito nenhum. Foi uma brigalhada danada.

S.L. – Mas, no final das contas...

J.F. – No final das contas, nós compramos uma parte, não dava para assumir tudo, não é? Hoje a Unipar controla a PQU realmente, mas não tem a totalidade do capital. Então, eu dizia, quando eu fui trabalhar na petroquímica também foi para uma nova...

R.L. – Para desenvolver um projeto.

J.F. – ...um novo paradigma, que era a ampliação das centrais petroquímicas, novas plantas de segunda geração, de polietileno, polipropileno etc.

S.L. – Quer dizer, a Unipar é ligada a São Paulo e a OPP é ligada ao segundo polo, que é o pólo de Camaçari, não é?

J.F. – Não, hoje a OPP virou Braskem, é dona da Copene.

S.L. – É, nós estivemos em Maceió entrevistando um ex-dirigente do CNP que trabalha numa... o Murilo Paraíso.

R.L. – A Cinal.

S.L. – A Cinal é uma subsidiária da Braskem.

J.F. – Exatamente.

S.L. – E a Braskem é a Norberto Odebrecht. Porque às vezes a gente se perde nessas... não é?

J.F. – Não, o Grupo Odebrecht tem uma empresa que é uma holding e essa holding controla a parte de construção, que é a Construtora Norberto Odebrecht, e a Braskem. A Braskem, por sua vez, controla a Copene. E dentro da Copene foram lançadas então todas as empresas de segunda geração, que virou então a Braskem. Então, a Braskem, diferente do modelo antes, que você tinha a central petroquímica e a segunda geração, ela engloba tudo, a central e as plantas de segunda geração. E tem, inclusive, uma participação na Copesul.



S.L. – Ah, é? Lá em Triunfo.

J.F. – Porque era uma participação que tinha a Odebrecht na Copesul.

S.L. – Bem, então nós estamos chegando perto. Já estamos chegando a 2002.

J.F. – Só como observação de interesse também, quando eu era presidente da Unipar, eu comecei a negociar com a Petrobras um polo gasquímico. Esse que foi inaugurado agora.

S.L. – A sua passagem pela Fiesp e pelo Ciesp, há alguma coisa assim, interessante?

J.F. – Não, sempre... Tinha um Departamento de Desenvolvimento Industrial, onde a gente tentava ver como fazer o desenvolvimento industrial do Brasil, o que era possível.

S.L. – Era Fiesp mas pensava Brasil?

J.F. – Porque as soluções não podem ser só para a indústria paulista. As soluções têm que ser... E aí você já tinha, de muito tempo, aquela velha discussão: com a taxa de juros vigente não dá para você implantar nada. Pedir um dinheiro ao banco mensal, não dá.

S.L. – Era buscar alternativas a isso, não é?

J.F. – Exatamente. Isso e outras coisas, não é? Coisas que tinham a ver com a legislação, o aperfeiçoamento da legislação. E parte do que foi feito, não é? E parte ainda está aí, nas famosas reformas fiscais, ainda não está concluída. Em 98, eu voltei para o Rio e fui fazer consultoria. E nessa ocasião, já vinha se discutindo de algum tempo uma reformulação do setor mineral. Por quê? No setor mineral você tinha o DNPM que dava as concessões; lá no passado foi criada a CPRM, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, dentro de um modelo que não funcionou. Quer dizer, a ideia era que a CPRM buscasse fazer exploração, a parte inicial de pesquisa mineral, com risco, para depois vender o que achasse. Esse modelo não funcionou. Então, hoje ela é... A CPRM é o serviço geológico do Brasil, não é? Então, era fazer realmente um serviço geológico, voltar ao modelo passado, era ter um órgão que fosse responsável pelas

concessões, o que o DNPM é hoje, o serviço geológico, e fazer uma adequação e reformulação do Código de Mineração, que é o que rege isso aí. A última vez que ele foi alterado tem mais de 30 anos. Então, discutia-se esse modelo, a implantação desse modelo, criar uma agência de mineração etc. E, como eu voltei com bastante tempo, estava analisando isso e achei que o modelo proposto, com muita descentralização, passando aos municípios muita coisa, não ia funcionar. Já que hoje os municípios dão as concessões, por exemplo, de areia etc. e não têm controle. Mais aquelas ideias, ter um órgão onde centraliza tudo. Então, eu fiz uma série de comentários, está lá na net, para ser visto e comentado etc. E aí mudou o ministro de Minas e Energia, que era o Rodolpho Tourinho, ele foi substituído pelo José Jorge, o senador José Jorge. E o José Jorge trouxe então, para ser o secretário de Mineração e Metalurgia, o Frederico Barbosa, que eu conhecia lá do DNPM, de anos atrás. Então eu fui conversar com o Frederico, dizer que achava que o modelo não estava bem adequado, não estava interessante. Fizemos aqui algumas reuniões, no Rio, e ele disse: "Bom, está complicado porque o modelo já foi encaminhado à Casa Civil. A gente tem que conversar com o ministro. Você topa conversar com o ministro?" Eu disse: "Topo. Marca e eu vou". Ele me telefonou, eu fui conversar com o José Jorge, a quem eu não conhecia...

S.L. – É engenheiro o José Jorge?

J.F. – Era uma quinta-feira. E aí o Frederico disse: "Olha, acho que ele quer conversar com você de outras coisas". Eu disse: "Que outras coisas?" Ele disse: "Não, você chega lá e ele te diz". Então, fui lá apresentar para o ministro, conversar, e ele disse: "Não, não quero conversar sobre isso, não. Eu quero saber se você quer ser diretor da ANP." Eu falei: "Eu não quero, não". Negócio de querer ou não querer, eu não quero. Ele disse: "Não, eu quero saber o seguinte, nós vamos ter uma vaga de diretor, e é importante ter alguém com um perfil como o seu, você sempre foi muito recomendado. Porque tem essa parte de licitações etc., então é importante, para a confiança do mercado, que não tenha sido um funcionário da Petrobras". Eu disse: "Olha, eu acho isso bem interessante, mas o diretor que está lá, que até é um amigo meu, eu acho que ele deve continuar". Ele disse: "Não, por razões políticas, ele não pode continuar. Não vai continuar, de modo que estamos buscando outro".

S.L. – Quer dizer, foi uma coisa que pegou o senhor totalmente de surpresa, não é?

J.F. – De surpresa. Eu fui conversar de uma coisa e ele veio com outra conversa. Aí ele perguntou: "Por que o senhor não quer ser diretor?" Eu disse isso que eu disse a vocês há pouco: "Porque a minha vida inteira eu me dediquei a projetos. Então, se tem um projeto, me interessa. Agora, ser diretor não". Tanto que eu já deixei de ser diretor de uma porção de coisas aí, quando entendi que o que eu podia fazer e o que eu podia colaborar havia se esgotado. Aí conversamos e eu disse a ele que achava que, já que a lei tem recursos para estudos de geologia, a gente podia fazer um programa de longo prazo para conhecimento das bacias geológicas do Brasil, formar gente para petróleo, que o Brasil precisa, incentivar a indústria brasileira, para dar suporte à indústria de petróleo, incentivar a criação de empresas brasileiras para exploração. Por que eu pude falar dessas coisas todas? Você pode dizer: "Se ele não estava interessado, como é que você de repente fala tanta coisa?" Porque lá atrás, no DNPM, quando eu estava no DNPM ainda, nós fizemos um Plano Decenal de Mineração. Quer dizer, por falta de conhecimento da geologia do Brasil, o que persiste até hoje, nós desenvolvemos um programa para fazer o levantamento geológico do Brasil como um todo, e a partir de certos, vamos dizer, núcleos de mineração existentes, expandir o conhecimento mineral, com o objetivo de aumentar as reservas brasileiras. Parte disso eles pretenderam usar quando criaram a CPRM. Minha experiência nuclear mostrou que quando você entra com alguma coisa nova, a indústria brasileira precisa ser adequada, não é? O programa da Nuclebrás foi extremamente interessante porque no acordo com a Alemanha que nós assinamos havia a previsão de que essa tecnologia seria transferida a empresas brasileiras. Então, nós montamos um imenso programa de transferência de tecnologia industrial, um programa de formação de pessoas, o Pronuclear, que formou muita gente. Tem muita gente no Brasil hoje, em posições as mais distintas, que foi formada no programa nuclear brasileiro. Então, esse conceito de conhecer a geologia, esse conceito de desenvolver uma indústria para dar suporte a algo nascente e formação de pessoal são coisas que vinham da minha experiência pretérita. E ele me disse então: "Olha, então vamos continuar conversando". Eu disse: "Está bem". Fui almoçar com o Frederico, estávamos almoçando, tocou o telefone e ele disse: "Olha, o presidente da República acaba de mandar o seu nome para o Senado. Você vai ser sabatinado terça-feira". Isso era uma quinta-feira. E foi assim que eu virei diretor da ANP.

S.L. – Qual era o seu conhecimento...? A ANP era muito, muito recente quando essa situação se desenhou para o senhor, não é? Era ainda o David Zylbersztajn?

J.F. – O David já havia saído, em outubro.

S.L. – Isso foi quando, exatamente?

J.F. – Isso foi no início de dezembro.

S.L. – Ainda era aquele diretor interino, Julio...?

J.F. – É, Julio Bueno.

S.L. – Era ele?

J.F. – Ele. Mas o embaixador Sebastião do Rego Barros já estava designado.

S.L. – Já estava designado. E o senhor tinha algum conhecimento? O senhor conhecia o embaixador?

J.F. – Por acaso. A gente volta lá atrás: o programa nuclear brasileiro, o acordo nuclear Brasil-Alemanha. O ministro das Relações Exteriores era o Silveirinha, não é? Então, tinha uma turma, que eram "os barbudinhos do Silveirinha", e estava lá o Sebastião. O Sebastião, o chanceler...

S.L. – O Lampreia?

J.F. – ...o Felipe Lampreia; o Abdenur; o que foi ministro de Ciência do Fernando Henrique...

S.L. – Foi ministro de Ciência e Tecnologia?

J.F. – É, é embaixador também. Daqui a pouco eu lembro. Enfim, esse pessoal era secretário, e eu os conheci naquela ocasião. Conheci o Sebastião naquela ocasião. Eu não tinha contato com eles há anos, evidente.

S.L. – Quer dizer, conheceu naquele momento e depois perdeu de vista.

J.F. – Não, eu tive alguns contatos com ele quando ele era secretário-executivo do Itamaraty, mas sempre em função de algum programa de trabalho que levava a isso. Então, eu conhecia o Sebastião. Mas o Sebastião não tem nada a ver com o fato de eu estar aqui. Muita gente acha que foi ele que me escolheu, porque ele me conhecia. Não.

S.L. – Houve uma coincidência, não é?

J.F. – É coincidência. A história é essa que eu contei para vocês.

S.L. – Então, o senhor é sabatinado, ainda em dezembro, nesse final de ano, não é?

J.F. – Exatamente. Aí, no ano seguinte, em janeiro, no dia 15, terminou o mandato do Giovanni Toniatti e eu assumi, no dia 16 de janeiro. Razão pela qual, no dia 15 de janeiro do ano que vem eu também saio, porque acho que o que eu tinha que contribuir aqui, eu já contribuí.

S.L. – Pois é, vamos conversar um pouco sobre essa estrutura da ANP, a questão da rotatividade de mandato. Como é que isso funciona? As diretorias, quer dizer, cada um dos diretores tem uma área específica de atuação? Isso aí é bom a gente esclarecer para o projeto.

J.F. – A estrutura que se montou é que a Agência tem uma diretoria em colegiado. Ou seja, a decisão é colegiada, não há a chamada decisão monocrática. Está certo? Então, ela só funciona com a Diretoria. O legislador entendeu que essa era a melhor maneira de trabalhar uma agência reguladora, para você não ter um peso excessivo de um ou de outro.

S.L. – Quer dizer, é uma diretoria bem horizontal, em termos de poder, não é?

J.F. – Então, são cinco diretores: um diretor-geral e quatro diretores. A diferença do diretor-geral para os demais diretores é que ele é responsável pela parte administrativa, financeira e essa coisa toda. Isso está ligado a ele. E os outros diretores, não tem nenhuma definição do que eles devem fazer. Isso, na lei e no próprio estatuto. Então, como se organizou a Agência em superintendências, o que se convencionou fazer foi que um determinado número de superintendências ficaria sob a orientação de um diretor. E lá no início se entendeu que deveria haver um rodízio. Isso não está na lei, isso está no regulamento da... está no regimento da Agência, para que todos os diretores percorressem todas as áreas etc. Isso ocorreu no início, mas quando eu entrei, eu entrei na área de exploração. Quer dizer, no chamado [inaudível], onde tem os dados técnicos, os bancos de dados, os estudos geológicos para a definição de blocos e a realização das licitações. Isso é um conjunto de três superintendências que eu assumi porque eram as superintendências do Toniatti, que era geólogo. Que era não, que é geólogo. E aí, nesses quatro anos eu assumi algumas outras superintendências e deixei de assumir outras superintendências. Então, se entendeu que com isso eu tinha feito a rotatividade. Mas eu fiquei, os quatro anos, responsável por essas áreas sempre.

R.L. – O senhor hoje em dia é responsável por quais superintendências?

J.F. – Pelas mesmas três: dados técnicos, definição de blocos e licitação.

S.L. – E há uma possibilidade de renovação de... A pessoa é reconduzida ao cargo.

J.F. – Pode.

S.L. – Eu não sei se é assim que se diz.

J.F. – É.

S.L. – É isso mesmo?

J.F. – Existe. Então, você tem a recondução... Quando a Agência foi criada, você teve um diretor nomeado com um mandato de um ano, um com um mandato de dois anos, um com um

mandato de três anos e dois com o mandato de quatro anos, que era para haver um escalonamento. Desses, foram reconduzidos: o Horta, ele teve uma recondução, o Newton, que terminou o mandato do Eloi e depois foi reconduzido, está aqui na Agência hoje. E eu não me lembro se algum outro anterior foi também reconduzido ou não. Mas isso existe. Essa possibilidade existe.

S.L. – E no caso dessa primeira diretoria, como esses mandatos tinham uma duração variada, a recondução era de acordo com o mandato anterior?

J.F. – Não, os mandatos são de quatro anos.

S.L. – Os mandatos são de quatro anos.

J.F. – Nas disposições transitórias é que se fez esse arranjo, para poder haver um escalonamento. Quer dizer, quando você substituir, não substituir todo mundo ao mesmo tempo. Para manter um certo grau de...

S.L. – Quer dizer, então, o seu mandato começou em janeiro de 2002 e vai até janeiro de 2006.

J.F. – Exatamente.

S.L. – E poderá ser... O senhor poderá ser reconduzido, caso haja...

J.F. – Eu poderia ser reconduzido. Mas eu optei por não ser.

S.L. – Então estamos perto do final do seu mandato aqui, não é?

J.F. – Exatamente. Quer dizer, a possibilidade de ser reconduzido me foi oferecida e eu não me interessei.

S.L. – E seria por mais quatro anos?

J.F. – Mais quatro anos.

S.L. – É isso aí que eu não tinha muito claro, como é que era essa questão da recondução.

J.F. – É porque, por exemplo, o Newton Monteiro: ele entrou como diretor porque o diretor Eloi...

S.L. – O Eloi Fernández y Fernández.

J.F. – O Eloi Fernández y Fernández pediu demissão para se candidatar a deputado. Então, o Newton cumpriu o restante do mandato do Eloi e foi reconduzido para um mandato de quatro anos.

S.L. – Dele.

J.F. – Dele.

S.L. – Isso acontece também, não é? Quer dizer, essa substituição.

J.F. – Isso.

S.L. – E a pessoa pode apenas completar o mandato anterior ou pode continuar já exercendo um mandato próprio.

J.F. – Exatamente.

S.L. – Agora, essa questão do número de diretores, eu estou um pouco confuso. Porque nós listamos, Regina, como diretores, além do diretor-executivo, o diretor-geral...

J.F. – Nós temos uma vaga em aberto.

S.L. – Ah! Tem uma vaga. Ah, então é isso.



J.F. – Em janeiro serão duas.

S.L. – Porque nós temos o senhor, o dr. Newton e o dr. Victor Martins. Está faltando um mesmo então, não é?

J.F. – Está. Eu não sei se eu te dei isso. Mas, se dei, dou outra vez, não tem problema

R.L. – Não, não deu, não.

J.F. – Isso é a Lei 9.478.

S.L. – A famosa lei.

J.F. – "Estrutura: Em regime de colegiado, com uma Diretoria composta do diretor-geral e quatro diretores. Integrará a estrutura um procurador-geral. Serão nomeados pelo presidente da República, após aprovação dos respectivos nomes pelo Senado, nos termos da Constituição Federal. Cumprirão um mandato de quatro anos, não coincidente, permitida a recondução, observando o disposto no artigo 75 desta Lei", que eu vou te mostrar depois. Aí, foi vetado, leis posteriores revogaram coisas. "Terminado o mandato, ficará impedido por um período..." Não é doze, não. Isso aqui está errado – empresta a canetinha – aqui é quatro. Isso é chamada moratória. Não, como é? Não, é...

S.L. – Quarentena.

J.F. – Quarentena. Então, está aqui. Então, o artigo 75 é aquele que fala desse negócio da primeira diretoria.

S.L. – Nas disposições transitórias, não é?

J.F. – "Na composição da primeira Diretoria, visando a implementar a transição... mandatos não coincidentes, o diretor-geral e dois diretores serão nomeados pelo presidente da República

por indicação... mandatos de três, dois e um ano, e dois diretores, conforme o disposto no artigo..." Está aí. Não sei se expliquei para você.

S.L. – Está esclarecido. Está bastante claro agora.

J.F. – Então, nas atribuições, não tem nenhuma. Não tem nenhuma, está vendo?

S.L. –É.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

J.F. – Repete a lei. Isso aqui tudo é repetido da lei. Aqui você desce um nível, está vendo?

S.L. – Um detalhamento, não é?

J.F. – "Um regimento interno disporá sobre a estruturação, atribuições... da sua Presidência e processos organizacionais". Diretor-geral com diretores, repete. "Na hipótese da vacância... cumprir o período remanescente do respectivo mandato. À Diretoria da ANP em regime de colegiado são atribuídas responsabilidades... sobre matérias competentes da autarquia, bem como planejamento estratégico, políticas administrativas, nomeação e exoneração, legação a funcionários, alteração do regimento interno, a indicação do substituto do diretor-geral. Se reunirá com três diretores... Poderá delegar a cada diretor competência para deliberar sobre assuntos relacionados com as superintendências dos processos organizacionais. Em relação... a vinculação das Superintendências de processos organizacionais".

S.L. – São essas superintendências que acabam constituindo cada diretoria.

J.F. – "Será obrigatória a rotatividade... Conforme o regimento interno". E aí então tem o regimento interno que detalha isso mais ainda.

S.L. – Nesses quatro anos já, que o senhor completará agora em janeiro, quais são as iniciativas, as atividades que a ANP desenvolveu que o senhor considera as mais importantes, e aquelas que estão conectadas com a sua intervenção mais direta?

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

S.L. – Eu tinha perguntado para o senhor, nesses quatro anos como membro da Diretoria da ANP, o que o senhor destacaria como atividades mais importantes. Os leilões, o senhor participou diretamente dos leilões?

J.F. – Sem dúvida. Eu fiquei responsável pelas superintendências que faziam os estudos prévios e que realizavam as licitações. Quando eu entrei, havia uma licitação que já estava a caminho e eu fiz três.

S.L. – O quinto, o sexto e o sétimo.

J.F. – O quinto, o sexto e o sétimo.

S.L. – Quer dizer, o quarto já estava todo montado.

J.F. – Não, estava a caminho.

S.L. – Mas então o senhor ainda...

J.F. – Eu participei, evidente, mas o que eu digo...

S.L. – Foi em julho de dois mil e...

J.F. – Para você entender o que eu estou dizendo, é o seguinte: para fazer a licitação tem um longo caminho a ser percorrido. É preciso estudar os blocos, definir os blocos, ter informações sobre essas áreas, para que as empresas possam se interessar, tem uma audiência pública que

explica isso, tem seminários técnicos e legais para explicar as eventuais dúvidas sobre o contrato de concessão e edital. Aí tem um prazo...

[FINAL DA FITA 1-B]

J.F. – E esse processo demora aproximadamente um ano.

S.L. – Quer dizer, ele não tem um tempo pré-fixado.

J.F. – Não, porque aí depende das circunstâncias, como eu vou comentar em seguida para vocês. O primeiro leilão que eu participei, à véspera do leilão, o Tribunal de Contas da União tentou impugnar o leilão. Era e é interpretação do Tribunal de Contas da União que, ao escolher blocos, a ANP estaria fazendo política. E uma agência reguladora não faz política, ela regula, dentro de um marco legal muito claro. Isso é uma discussão que foi e veio etc. Então, uma das modificações que ocorreram é que hoje nós levamos essas áreas ao Conselho Nacional de Política Energética, que foi criado pela mesma Lei 9.478. Então, eles, formalmente, aprovam os blocos. Porque o Conselho Nacional de Política Energética...

S.L. – Pode fazer política.

J.F. – ...é a instância que vai fazer as sugestões políticas, como determina a lei.

S.L. – Quer dizer então que essa etapa foi acrescentada a partir dessa situação concreta.

J.F. – Exatamente.

S.L. – Por ocasião do quarto leilão?

J.F. – Não, a partir da quinta.

S.L. – A partir da quinta. Mas o problema surgiu no quarto.

J.F. – Não, já tinha surgido antes, mas enfim, no quarto é que ele resolveu, na semana anterior... Então, isso evoluiu. Por exemplo, nós já estamos trabalhando na oitava rodada há alguns meses e pretendemos encaminhar as áreas que vão ser oferecidas na oitava rodada agora, no mês de dezembro, ao CNPE. Aí, o CNPE [inaudível].

S.L. – Esse Conselho Nacional de Política Energética.

J.F. – Exatamente. E, com isso, superou-se o questionamento que tinha o Tribunal de Contas da União.

S.L. – O TCU.

J.F. – Ao fazer a primeira resolução, aprovando a rodada, a quinta rodada, o CNPE também homologou as anteriores.

S.L. – Quer dizer, não tem...

J.F. – Não tenho dúvida nenhuma. Uma outra inovação que fizemos, a partir da minha vinda para cá, foi: como a lei estabelece que nós temos que zelar pelo meio ambiente, todas as atividades que nós autorizamos têm que, obrigatoriamente, ter uma autorização. Então, até a quarta rodada, fazia-se licitação e pronto. A partir da quinta rodada, eu desenvolvi um processo de discussão, paralela com o Ibama, que é o órgão responsável no mar, e com as organizações estaduais de meio ambiente, que são as áreas em terra, de tal forma que quando a gente faz a licitação, os condicionamentos para a obtenção das autorizações ambientais são estabelecidos. Então, as empresas já sabem se é uma área de baixa intensidade ambiental ou se é de alto risco ambiental. E isso aí influencia, evidentemente, no modus operandi e no custo da operação.

S.L. – E no interesse que a empresa vai ter para...

J.F. – Exatamente. Então, fizemos isso, funcionou muito bem, mas eu diria que hoje nós temos aí um problema sério, porque, embora o Ibama tenha, da mesma forma que nós, é previsto em lei, recursos para realizar estudos relativos a meio ambiente, ele não recebe esse dinheiro. Nós

também não recebemos o dinheiro para fazer os estudos de geologia. Então, tem certas áreas nas quais não existe informação. Por não existir informação, o Ibama preferia que não fossem oferecidas. Isso limita a exploração no Brasil, na medida em que existem áreas com potencial de petróleo que o Ibama entende que, por falta de informação, não deva ser...

S.L. – É mais prudente...

J.F. – ...não seja oferecido. Não é que é mais prudente, eles não sabem se é alta sensibilidade ambiental, se é baixa, ou o que é. Não tem informação.

S.L. – É, então, qualquer coisa seria correr um risco, não é?

J.F. – Ou não. Até porque, em algumas das áreas com as quais o Ibama se preocupa, você tem produção de petróleo há anos. É simplesmente o fato de que não existem os dados básicos sobre meio ambiente no Brasil. Isso não é só para petróleo, não, é para tudo. Mas, como você disse, é um risco. Risco esse que existe hoje. Por exemplo, se falarmos em áreas de mar, você tem no mar hoje um trânsito grande de embarcações, embarcações carregando petróleo e outras coisas, sobre as quais não tem nenhum controle. Então, o risco de um acidente de vazamento é muito maior num tanque móvel do que numa plataforma construída levando em conta todas as...

R.L. – É, a gente vê isso, os navios gregos, de bandeira grega, que estão em péssimo estado de conservação, causando prejuízos ecológicos que...

J.F. – A indústria de petróleo, que é uma indústria que é extremamente visada no mundo inteiro, ela evoluiu muito e hoje é preocupação das empresas preservar o meio ambiente. Então, tudo o que pode e deve ser feito é feito. Inclusive, faz parte de uma autorização para a produção de petróleo a existência de um programa de contingenciamento, caso venha a acontecer algum acidente. Se você lembrar, a bacia de Campos está produzindo petróleo há 30 anos e nunca teve um problema. Os problemas que nós tivemos aqui foram de refinarias, dutos de refinarias.

S.L. – É, teve um incêndio em plataforma sim.

J.F. – Sim, mas não causou um dano ambiental. Esse que é o negócio.

S.L. – Ah, sim!

R.L. – Teve, em 86...

J.F. – Afundou.

S.L. – É. Não, em relação a dano ambiental, é refinaria. É duto.

J.F. – É duto.

S.L. – É, não tenha dúvida.

J.F. – Isso, só para exemplificar o fato de que a preocupação hoje é grande. Então, ninguém quer ser acusado de estar fazendo mal ao meio ambiente.

S.L. – Já dá para fazer alguma previsão em relação a essa oitava rodada, fazendo um paralelo com as rodadas anteriores?

J.F. – Eu vou tocar nisso daqui a pouco. Deixa eu falar em uma outra modificação que é importante também. Até a quarta rodada, a ANP oferecia blocos, como estão aí nesse mapa, não é? É evidente que, por mais competente e por maior que seja uma agência reguladora, ela nunca vai ter um quadro técnico que, ao estudar a definição de um bloco, o faça perfeitamente, até porque nós não temos dados. No seguinte sentido: o que nós oferecemos são áreas com potencial para petróleo, não são campos de petróleo. Então, eu não sei exatamente onde fica um campo. Então, no passado, existiram críticas de que o bloco cortava um campo de petróleo, que foi achado depois, no meio.

R.L. – É, o Carlos Orlando falou isso, nos contou isso.

J.F. – Então, qual foi a modificação que nós introduzimos? Em vez de oferecer blocos, nós oferecemos áreas, uma malha geométrica, e as empresas fazem um desenho daquilo que interessa a elas. Elas continuam comprando blocos, de acordo com a lei, há uma licitação bloco por bloco, mas, em vez de ter só esse bloquinho aqui, ele pode desenhar um L invertido, ou um T, ou fazer um...

S.L. – Esses... São quadrados? É como se fosse um tabuleiro de xadrez? É uma coisa assim?

J.F. – É.

[PAUSA]

J.F. – Só para você ter ideia, não é? Está vendo aqui? Está por bacia. A gente faz uma oferta de áreas assim, com blocos, está vendo? Aí, o camarada pode querer este, este e este e não querer o resto.

S.L. – As cores...

J.F. – São as diferentes licitações. Ou seja, tinha um verdinho e nós fizemos esses cor-de-rosa aí.

S.L. – Esse aqui é da sétima rodada, não é?

J.F. – É.

S.L. – Quer dizer, a cada rodada vocês elaboram um material específico, não é? Já vão ter um outro mapa.

J.F. – Exatamente. Nós temos 29 bacias sedimentares no Brasil com, digamos, potencial para petróleo. Dessas, apenas nove tem produção. O resto a gente não conhece. Além disso, fizemos uma série de aperfeiçoamentos nos editais e contratos de concessão, justamente com o objetivo de aumentar o número de empresas com capacidade de participar. Anteriormente, só seria



possível fazer a exploração se houvesse uma carta de crédito bancária. Isso tem um custo muito elevado. Então, nós admitimos que, ao invés da carta de crédito bancária, se usasse um seguro, que tem o mesmo efeito, mas é muito mais barato. A carta de crédito, para uma empresa pequena é difícil de obter num banco, e isso afeta a capacidade de empréstimo no banco. O seguro é outra coisa, não afeta. Passamos a admitir, para as empresas que produzem, usar o petróleo como garantia.

S.L. – O próprio petróleo.

J.F. – O próprio petróleo.

S.L. – E isso deu resultados práticos? Quer dizer, empresas menores realmente estão participando?

J.F. – Hoje nós já temos dez empresas nacionais de porte médio trabalhando. Temos, ao todo, cerca de 40 concessionárias, sendo que dez são brasileiras. E nessa última rodada foram acrescentados alguns poços antigos, então, com isso surgiram dezesseis novas empresas... quatorze novas empresas. Então, já estamos criando uma... A indústria brasileira tem evoluído. Dentro dos pontos que são levados em conta para decidir quem ganha um bloco, você tem um bônus, que é um pagamento em dinheiro, um compromisso de utilização de conteúdo local, ou seja, de indústria ou serviços, e um programa exploratório mínimo. Esses três fatores é que são avaliados para determinar quem ganha. Por quê? O conteúdo local é para induzir o uso da indústria e dos serviços no Brasil; um programa exploratório mínimo, para obrigar as empresas a trabalhar, quer dizer, o sujeito não ganha e fica sentado em cima. Tem um período a partir do qual ou ele descobre petróleo ou ele nos devolve aquela área.

S.L. – Tem essa possibilidade de devolução então. Sempre. E de acordo com algumas condições, um prazo...

J.F. – Não, a empresa pode nos devolver quando ela quiser, só que todos os dados que ela tem se tornam públicos. Qualquer empresa pode ver o que ela fez lá e...

S.L. – E assumir aquela área, não é?

J.F. – Não, assumir só através de licitação.

S.L. – Sim, mas aí volta para... No outro leilão, aquela área é acrescentada de novo.

R.L. – Volta ao cardápio, não é?

J.F. – É, exatamente.

S.L. – E, provavelmente, se houve algum trabalho ali, ela volta já em outras condições.

J.F. – Tem mais informação, é evidente.

S.L. – Pois é.

R.L. – Já parte de um outro patamar de informação.

S.L. – Esse modelo é um modelo calcado em alguma experiência prévia estrangeira?

J.F. – O modelo brasileiro... Os blocos, a licitação de blocos você tem em muitos lugares, mas o modelo brasileiro hoje é considerado o melhor, o mais transparente e mais objetivo do mundo todo. Na Noruega, você tem blocos, mas se faz uma negociação bloco a bloco. Esse tipo de negociação, em um país altamente civilizado funciona. Em um país nem tanto civilizado, é meio complicado. Então, você vai em países africanos que fazem licitações, os sujeitos fazem ofertas e depois quem leva é um terceiro que nem oferta fez. Então, aqui não, aqui você sabe quais são as condições que você... Sabe qual é a área, sabe quais são as condições – ou seja, o bônus, programa e conteúdo local –, as propostas são feitas, são analisadas e na mesma hora você sabe quem é o vencedor.

Participante – Isso tudo é on-line.

J.F. – Isso é inédito no mundo. E é apreciado por todas as empresas de petróleo, porque não tem a menor possibilidade de alguma empresa ser...

S.L. – Ser prejudicada ou beneficiada.

J.F. – ...ser prejudicada ou beneficiada de forma indevida. Então, eu diria que essas são as coisas principais, não é? Temos hoje aí a previsão de um quadro técnico para a ANP. Fizemos um concurso e estamos recebendo gente agora. E quando da discussão desse quadro, eu consegui convencer a Casa Civil de que nós precisaríamos de um quadro mínimo, para esses estudos de geologia e geofísica, de 50 pessoas. Então, isso foi aprovado e nós estamos começando a receber essa gente agora, o que vai dar à Agência condição de trabalho para muita coisa.

R.L. – E o que o senhor vê como os principais desafios, em termos...

J.F. – Deixa eu falar da minha grande frustração. [Risos]

R.L. – Então tá. [Risos]

J.F. – Você vai ver na lei aí o artigo 50, não é? Ele estabelece que um percentual da chamada Participação Especial – isso aí é o decreto da lei – deve vir para a ANP realizar os estudos de geologia e geofísica, não é? Quando a lei foi feita, a produção de petróleo no Brasil era menor, não se conhecia bem, e o fato é que inicialmente a lei previa 40% da Participação Especial para esse fim, foi modificada, para dar dinheiro à CPRM e a EPE, e hoje nós 28%. Esses 28% tem significado valores da ordem de dois bilhões de reais por ano. No entanto, o que nos é alocado no orçamento é coisa da ordem de 20 milhões, de 19 milhões, o que nos impede de desenvolver esses estudos com a intensidade que têm ser desenvolvidos. Por que precisamos desses estudos? A razão é simples, eu disse a vocês, nós temos 29 bacias, nove são [inaudível] petróleo. A área em concessão representa hoje talvez... hoje, são 2,8% da área das bacias sedimentares. Com o resultado dessa última rodada, isso vai crescer para uns seis. Então, nós temos mais de 90% da área das bacias sedimentares que ainda precisa ser estudada e explorada. Uma empresa de petróleo não entra na área onde o risco seja total. Ou seja, o tipo de informação

que a ANP tem que dar é: "Essa bacia sedimentar tem uma rocha geradora – que é a rocha que pode gerar o petróleo –, a história geológica dessa bacia indica que essa rocha geradora sofreu o soterramento necessário para que, a partir dela, se gerasse o petróleo e o gás, ela tem estruturas que são capazes de armazenar o petróleo e existe a indicação, ou não, de petróleo nessa bacia". A partir disso, as empresas então fazem os estudos para buscar os seus alvos. Então, por que nós chamamos de "blocos com risco exploratório"? Ao oferecer um bloco, nós estamos oferecendo uma área que tem potencial. No melhor do nosso entendimento, responde a essas questões que eu coloquei. Mas a empresa é que tem que escolher o seu alvo. E, ao escolher o alvo, ela pode ser bem-sucedida ou pode ser malsucedida. Daí o risco, não é? Felizmente, nesses anos que eu estou aqui, o crescimento das reservas de petróleo e gás tem sido excelente. O Brasil é hoje, sem sombra de dúvida, um dos países onde mais se tem descoberto petróleo, onde se tem encontrado campos gigantes de petróleo, e tem um processo licitatório muito claro, daí o interesse das empresas de virem participar das nossas licitações. Agora, sem esses recursos, nós estamos no limite das informações disponíveis. Ou seja, as próximas rodadas começam a ficar carentes das informações mínimas. E, principalmente, a abertura de novas fronteiras para exploração.

S.L. – Indo além dessas nove, não é? Essas bacias, a maior parte está em águas profundas?

J.F. – Em número redondo, você tem 1,5 milhão de quilômetros quadrados no mar e 5 milhões em terra.

S.L. – Ah, é!? Aquela área ali do Juruá é uma área promissora?

J.F. – É.

[PAUSA]

S.L. – As bacias estão todas ali.

R.L. – Hã?

S.L. – Eu estou olhando para o mapa e estou vendo essas bacias que o senhor está falando.

J.F. – É porque, ao longo da costa, você divide, subdivide, não é? Tem a bacia de Pelotas, no extremo sul, depois você entra com Santos, depois Campos, Espírito Santo...

[PAUSA]

J.F. – Os grandes desafios da ANP, o que você queria saber. Os grandes desafios da ANP são: ao receber gente nova, treiná-las da forma adequada, para que cumpram o seu papel; buscar os recursos para a execução desses estudos geológicos e geofísicos, para abrir as novas fronteiras e permitir que o Brasil saia daquela eterna dependência, não é? Hoje, nós estamos chegando à chamada autossuficiência. Mas a autossuficiência, se novas descobertas não são feitas, você vai depredando aquilo que é conhecido. Então, é um esforço contínuo que, se bem-sucedido, e eu acho que o Brasil tem potencial para isso, pode um dia transformar o Brasil até em um país exportador de petróleo.

S.L. – A questão do biodiesel é uma coisa que lhe diz respeito de alguma maneira?

J.F. – Como diretor da ANP, sim.

S.L. – Mas nada mais assim...

J.F. – Não, eu participei de um grupo interministerial que fez a definição do programa do biodiesel, e a minha participação foi no sentido de fazer com que a ANP fizesse a regulação do biodiesel. E isso foi feito.

S.L. – Já existe a regulação então.

J.F. – Já existe.

S.L. – E vai haver leilões para o biodiesel?

J.F. – Já houve um leilão agora.

S.L. – Ah, é!?

J.F. – Mas isso é simplesmente como uma forma de...

S.L. – Uma rodada zero?

J.F. – Não, como uma forma de aumentar a participação.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

J.F. – Foi feita uma lei que diz que, a partir de janeiro de 2006, o diesel mineral tem que conter pelo menos 2% do biodiesel, que é o de origem vegetal, não é? Então, foram feitos vários empreendimentos visando produzir o biodiesel. Mas, como a obrigatoriedade era só em janeiro, tinha gente que estava dizendo: "Poxa, mas eu fiz e não vendo". Então, o objetivo do leilão foi esse, simplesmente antecipar, porque é para entrega em 2006.

S.L. – E o senhor acha que esse programa pode dar certo?

J.F. – Os combustíveis alternativos de um modo geral, o Brasil é o maior exemplo de que isso dá certo, com o álcool. Se você lembrar, o programa do álcool foi bolado aí na década de 70, justamente quando uma das crises do petróleo, as duas, em 73 e 79. Foi iniciado, sofreu uma série de percalços, mas hoje é um programa absolutamente vitorioso. O programa do biodiesel, no Brasil, eu entendo que vai ter uma evolução semelhante, ou seja, ele se inicia, vamos ter algumas dificuldades, maiores ou menores, mas eu acredito que ele se estabilize e dentro de uns dez anos a gente tenha uma indústria produzindo. Porque o biodiesel pode ser produzido a partir de uma série de plantas oleaginosas, não é? Aí você tem condições de mercado, quer dizer, o que vale mais, o biodiesel ou o óleo vegetal na sua característica própria, não é? Então, às vezes pode ser interessante fazer o biodiesel de soja e às vezes é interessante vender o óleo de soja porque vale mais. Foi um dos problemas que existiu com relação ao álcool.

S.L. – Em relação ao preço do açúcar.

J.F. – Quando o açúcar subia, caía a produção de álcool e você não tinha confiabilidade.

S.L. – Isso é um problema, não é?

J.F. – Então, esses processos de adequação vão surgir, é natural, mas que os combustíveis de origem vegetal estão aí para ficar, estão.

S.L. – É engraçado, agora que eu estou vendo aqui, ANP, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível.

J.F. – Isso foi mudado no ano passado.

S.L. – Esse é o nome oficial da ANP?

J.F. – Agora é.

S.L. – Ah, isso é importante, hein! Essa edição da lei então é bem recente, para estar com esse dado aqui, não é?

J.F. – Essa alteração foi no segundo semestre do ano passado.

S.L. – No segundo semestre de 2004. Aí já veio com o biocombustível.

J.F. – Isso.

S.L. – Já veio o gás e o biocombustível.

J.F. – Sim, porque a lei dizia que a ANP existia para regular a indústria do petróleo.

S.L. – Pois é.

J.F. – Aí, eu produzo um combustível a partir de mamona, então não cai na minha regulação. Para que eu pudesse regular, tinha que colocar na lei. Foi o que foi feito. Então, se você olhar a lei agora... Olha aqui...

[PAUSA]

J.F. – "Promove a regulação, contratação e fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis". Isso não tinha, acabava no petróleo.

S.L. – Abriu... Abre as atribuições mesmo.

J.F. – É, e aí se foi colocando os biocombustíveis por aí afora. Então, houve essa modificação. É a Lei 11.097... Não, isso é outra lei.

S.L. – Regina, vamos encerrar?

R.L. – Acho que podemos encerrar.

S.L. – Podemos? O senhor gostaria de falar mais alguma coisa?

J.F. – Não. Eu não sei se adiantou alguma coisa.

S.L. – Mas sem dúvida.

R.L. – Muito obrigada.

J.F. – Esse é o Robertinho, que fez um livro sobre a história do petróleo.

S.L. – Roberto Souza.



J.F. – Isso.

[FINAL DO DEPOIMENTO]